

POR QUÉ FRACASAN LOS PAÍSES: LOS ORÍGENES DEL PODER, LA PROSPERIDADE Y LA POBREZA

DINALDO SILVA JÚNIOR¹

RESENHA DE: ACEMOGLU, DARON Y ROBISON, JAMES A. *POR QUÉ FRACASAN LOS PAÍSES: LOS ORÍGENES DEL PODER, LA PROSPERIDADE Y LA POBREZA*. BARCELONA – ESPAÑA: EDICIONES DEUSTO, 2015.

O livro em tela traz um debate histórico e sociológico sobre as diversas formas de níveis de vida existentes nos países economicamente desenvolvidos, em desenvolvimento e de países que sofrem com os baixos índices de desenvolvimento. O livro tem um total de 589 páginas com 16 capítulos, focando na pobreza, na prosperidade e nos modelos de desenvolvimento.

É dirigido para um público diversificado, seja ele acadêmico ou não. Apresenta uma análise sobre os elementos “que separan a los países ricos del mundo, como Estados Unidos, Gran Bretaña y Alemania, de los pobres, como los del África subsahariana, América Central y el sur de Asia” (Acemoglu; Robison, 2015, p. 15).

Os autores de entrada afirmam que a raiz do descontentamento dos países de baixo desenvolvimento humano está na pobreza. Através de uma forte análise de números e estatísticas, traçam um panorama da desigualdade no mundo, destacando como exemplo, que o egípcio tem uma média salarial de 12% do cidadão de classe média dos Estados Unidos, uma expectativa de vida 10 vezes menor, o que é agravado pelo fato de 20% de sua população viver na extrema pobreza. Na comparação dos Estados Unidos com os países mais pobres da África, destaca que o primeiro, com seu cidadão de classe média, é quarenta vezes mais prósperos, por exemplo.

Os autores asseveram que a maior parte da desigualdade do mundo surgiu um pouco depois da Revolução Industrial e que atualmente vivemos em um mundo muito desigual, e o Estado no lugar de proteger os direitos difusos impede e, na maioria das vezes, contribui mais para criar um fosso de desigualdade. Assim, “compreender por qué existen estas diferencias y qué las provoca es nuestro objetivo central al escribir

¹ Doutor em Direitos Humanos, Democracia e Justiça Internacional pela Universidade de Valencia (Espanha). Professor de História Moderna da Universidade Federal do Amapá – Campus Oiapoque.

este libro. Lograr comprenderlo no es un fin en sí mismo, sino un primer paso para generar ideas sobre como mejorar la vida de miles de millones de personas que todavía viven en la pobreza” (p. 58). Ainda, destacam que não se pode justificar a desigualdade mundial a partir de fenômenos simplórios, como os climáticos ou as condições geográficas, a citar as duas Coreias.

No transcorrer do livro a Revolução Industrial passa a ser um tema muito recorrido, praticamente é citado em todos os capítulos seja na forma de motor propulsor do desenvolvimento e na criação de oportunidades, como na intensificação dos conflitos entre instituições.

O sucesso econômico dos países está intrinsecamente ligado ao êxito de suas instituições. Segundo a obra, a Coreia do Sul na forma de Estado apoia a atividade econômica possibilitando a participação de seus cidadãos nas atividades produtivas, aproveitando suas habilidades e deixando-os livres para escolher o que fazer. Tanto a Coreia do Sul como Estados Unidos apoiam seus empreendedores incentivando-os a pedirem empréstimos nos bancos ou mercado financeiro para que um dia possam disfrutar das benesses capitalistas e assim melhorar seu nível de vida material: “Las instituciones económicas inclusivas crean mercados inclusivos, que no solamente dan a las personas libertad para ejercer la profesión que mejor se adapte a su talento, sino que también proporcionan igualdad de condiciones que les dé la oportunidad de hecerlo” (p. 98-99).

Segundo os autores, não existem sociedades que criam instituições iguais, mas de certo é que quando o Estado não alcança nenhuma centralização política, a sociedade cedo ou tarde, chega ao caos como é o caso da Somália.

O modelo britânico é o que mais se aproxima de uma centralização política, mas não deixa de lado o ideal de inclusão. A Grã Bretanha ilustra muito bem o círculo virtuoso das suas instituições chegando a ser um exemplo de inclusão socioeconômica gradual. As mudanças políticas ao longo dos anos foram mais inclusivas, o que deve-se às demandas das massas que, sobretudo, após a Revolução Industrial se empoderaram. Cada década foi importante também para o fortalecimento da democracia britânica: “cada década se daba um paso más, pequeño o grande, hacia la democracia” (p. 372). Mas, sabemos que as instituições políticas e econômicas inclusivas não surgem por si, mas como um resultado das rupturas e continuidades das tensões de uma soci-

idade, especificamente dos conflitos que envolvem as elites que resistem ao crescimento econômico e à mudança política e os grupos que desejam limitar o poder econômico e político das elites existentes.

Não obstante, uma vez implantadas, as instituições inclusivas tendem a criar um círculo virtuoso, um processo de retroalimentação positiva, por conseguinte consolidando-as e expandindo-as. E sobre o círculo virtuoso, num capítulo bastante denso, a obra o define a partir de três mecanismos processuais. O primeiro se insere em uma lógica pluralista de instituições políticas, visando à consagração da noção de Estado e que atende aos interesses difusos, mas sob a égide de um corpo legislativo endereçado a todos. O segundo mecanismo visa uma interferência das instituições econômicas no combate as relações monopolistas, atroz e escravagistas. E por último, o desenvolvimento de uma comunicação institucional livre, que mobilize a sociedade em prol das instituições inclusivas. Assim, “a través de estos mecanismos el círculo virtuoso crea una tendencia potente para que las instituciones inclusivas persitan, resistan a los re- tos y se expandan tal y como sucedió en Gran Bretaña y Estados Unidos” (p. 391).

Não podemos descartar esta obra como fonte de conhecimento, não só pela análise coerente de uma sociedade global contraditória, ou pelo o esforço de historicizar os principais fenômenos socioeconômico nos últimos quatro séculos, e mais: por aclarar de forma concisa “la razón más común por la que fracasan los países hoy en día”.

Afirmam os autores, que os países subdesenvolvidos fracassam na busca por êxito econômico pelo o fato de permanecerem marcadamente em uma cultura extrativista, “esta mantiene en la pobreza a los países pobres y les impiden emprender el camino hacia el crecimiento económico. Esto ocurre hoy en día em África, em lugares como Zimbabue y Sierra Leona; en Sudamérica, em países como Colombia y Argentina; en Asia, en países como Egipto. Aunque existen diferencias notables entre ellos” (p. 465).

De forma seca e direta os autores apontam que para romper com os modelos que retardam o êxito socioeconômico dos países é necessário desenvolver rapidamente instituições políticas e econômicas inclusivas depois dos processos de independência e/ou autonomia.

A China surge no debate, como modelo viável para países em processo de pós-

independência. De 1949, quando proclamada República Popular da China, até 1976, quando se encerrou o período de Mao Tse Tung, observa-se uma lenta e gradual interferência do Estado nas instituições, inclusive na propriedade privada. Mao nacionalizou a terra e substituiu o dinheiro por “postos de trabalho”, retirando do cenário a economia de mercado.

Mas, o plano mais ousado que impactaria o mundo no século XXI foi o projeto ambicioso para fomentar o rápido desenvolvimento da indústria mediante planos quinquenais baseado no modelo soviético. “Los intentos de industrialización dieron paso al famoso Gran Salto adelante después de 1958 con el desarrollo del segundo plan quinquenal. Mao anunció que la producción de acero se doblaría en un año mediante altos hornos a pequeña escala. Afirmó que en quince años, China alcanzaría el nivel de producción de acero de Gran Bretaña” (p. 491).

Indubitavelmente, o nível de vida ao redor do mundo é eivado de diferenças. Os últimos 200 anos foram decisivos para visualizar as disparidades e paradoxos nessa sociedade “globalizada”. Mas, como responder ou entender que existem países prósperos enquanto outros fracassam ou são pobres?

Respondem os autores afirmando que é necessária uma teoria que identifique os fatores que criam ou atrasam a prosperidade e suas origens históricas. Que qualquer fenômeno social complexo tem múltiplas causas, de tal forma que uma análise simplória ou monocausal não explica por si só “los cambios sociales”. É necessário maior cautela ao elaborar recomendações políticas para justificar as origens da pobreza e prosperidade.

Então, quais são os caminhos ou chaves de acesso para a prosperidade? A mudança institucional a fundo é o requisito para que se produza uma grande mudança econômica, e este é o caminho! E a história é a chave, já que são os processos históricos que denunciam as conjunturas críticas: “Los países necesitan instituciones políticas y económicas inclusivas para romper el ciclo de pobreza” (p. 529).

E o caso do Brasil? No final da década de 1970 ocorria em São Bernardo dos Campos, São Paulo, uma onda de greves no setor metalúrgico. No seu bojo continha a semente do maior movimento grevista do país, que em um futuro breve, se transformaria no maior Partido Político de cunho trabalhista do Brasil. Liderado pelo metalúrgico Luiz Inácio da Silva (Lula), os sindicatos das diversas categorias do setor se reu-

niram e propuseram a fundação, em 1980, do Partido dos Trabalhadores. Arelado a luta pelos direitos trabalhistas, estava a ideia de combater o regime autoritário que vigorava à época: “El partido rápidamente empezó a beneficiarse de la apertura política que el poder militar concedía a regañadientes. En las elecciones locales de 1982, presentó candidatos por primera vez y ganó dos veces la alcaldía. A lo largo de los ochenta, se recreó uma democracia paulatinamente em Brasil” (p. 531).

A constituição de um amplo movimento social e a organização dos trabalhadores provocaram um impacto notável na economia brasileira. Desde então, o Brasil experimenta um significativo crescimento econômico com a redução da população na faixa de pobreza. Ademais, participa de blocos econômicos, desenvolvendo uma política diplomática internacional e por último protagoniza um dos maiores blocos econômicos do mundo: BRICS, formado por Brasil, Rússia, China e África do Sul.

Tal diagnóstico relatado na obra reforça a ideia de que a prosperidade de uma sociedade é fruto do fortalecimento da democracia, a partir da inclusão das instituições políticas, e, por conseguinte da participação da população: “La posibilidad de que este proceso se ponga en marcha y abra la puerta a una mayor cesión de poderes, y, finalmente, a una reforma política duradera, dependerá, como hemos visto en muchos ejemplos, de la historia de las instituciones políticas y económicas, de muchas pequeñas diferencias que importan y del propio devenir circunstancial de la historia” (p. 539).

Em suma, esta obra é o resultado de 15 anos de pesquisa dos autores supracitados, com a colaboração de vários pesquisadores, sobretudo das Universidades de Harvard e do Massachusetts Institute of Technology. Trabalho que merece crédito e apreço desde as notas introdutórias, por sua coerência, do início até o fim.

Resenha recebida em 25 de outubro de 2017 e aprovada em 10 de janeiro de 2018.